

EDITORIAL

EM BUSCA DO LEGÍTIMO

Em nota de 27 de setembro de 1984, os membros da lista sêxtupla, eleita diretamente pela comunidade Universitária para a escolha do Reitor da UFRRJ, chamavam a atenção para o distanciamento entre o legal e o legítimo, que vem se agravando a cada dia na nossa Universidade. Lembavam, àquela época, os signatários da nota, que vencer os desafios que se apresentavam à nossa Universidade, neste momento de reordenamento da vida nacional, seria impossível para qualquer dirigente que não tivesse "passado pelo crivo da legitimação via manifestação da comunidade".

Lamentavelmente, fatos recentes vieram confirmar as expectativas da referida nota. O Reitor, indicado por via indireta, teve seu enterro simbólico levado a efeito pelos estudantes da UFRRJ. A ausência de legitimidade no processo de escolha indireta do Reitor e do Vice-Reitor tornou-se tão evidente a toda a Universidade que no dia 14 de março, às vésperas de uma mudança de regime, que significava a substituição de 20 anos de opressão e autoritarismo, por processos democráticos em busca de uma sociedade livre, a comunidade universitária da UFRRJ assistiu a um fato insólito em toda a sua história: Reitor e Vice-Reitor indiretos tomavam posse simbólica em seus respectivos cargos, em um restrito auditório, num período de férias escolares, sem a presença de estudantes e de segmentos representativos do corpo docente, numa cerimônia acanhada e melancólica, quase clandestina, através da qual os dirigentes máximos da UFRRJ tacitamente reconheciam a ausência de legitimidade do processo que os levou aos altos cargos em que se empossavam, e à revelia do desejo maciçamente expresso pela comunidade universitária.

A tibieza, "facies" clandestino, a ausência de arrojo e imaginação que tem caracterizado a administração da Universidade neste início de gestão, mostram, claramente, o efeito paralisante da falta de apoio e respeito da comunidade a uma administração que se defronta com os imensos desafios, colocados pela necessidade de se criar uma nova Universidade, contemporânea de uma Nova República, instrumentos de criação de uma Nova Sociedade, livre e justa.

Parece-nos que a grandeza do momento clama por uma revisão do legal, em busca do legítimo.

Em nota de 17 de setembro de 1984, os membros da
frente estudantil, eleita diretamente pela comunidade universitária,
para o mandato de Rector da UFRJ, chamavam a atenção para
o distanciamento entre o legal e o legítimo, que vem se agrava-
ndo a cada dia na nossa Universidade. Entretanto, aquela época,
os signatários da nota, que vencer os desafios que se apre-
sentavam à nossa Universidade, neste momento de reordenamento
da vida nacional, sentia impossível para qualquer dirigente que
não tivesse "passado pelo crivo da legitimidade" via manifesta -

LEITORES

...também, portanto, a legitimidade. A nota, portanto, confor-
mar as expectativas da referida nota. O Rector, indicado por
via indireta, teve seu entroncamento simbólico levando a efeito pelos
estudantes da UFRJ. A ausência de legitimidade no processo de
selecção do Rector e do Vice-Rector tornou-se uma realidade
dentro da Universidade que no dia 14 de março, às vésper-
as de uma mudança de regime, que significava a substituição
20 anos de opressão e autoritarismo, por processos democrati-
cos, em busca de uma sociedade livre, a comunidade universitária
via da UFRJ assistiu a um fato histórico em toda a sua histó-
ria: Rector e Vice-Rector indiretos tornavam-se símbolos
de seus respectivos cargos, em um restrito âmbito, por ge-
rarem de forças exteriores, sem a presença de estudantes, de
representantes do corpo docente, nem representantes
da comunidade, quase clandestina, através de uma
direção próxima da UFRJ facilmente reconheciam a ação -
côo de legitimidade do processo que os levou aos altos car-
gos em que se opressavam, a revelia do desejo manifestamente
expresso pela comunidade universitária.

A situação, portanto, clandestina, a ausência de
artigo e legislação que tem caracterizado a administração da
Universidade neste início de gestão, mostram, claramente, o efeito
de paralisação da falta de apoio e respeito da comunidade. A
uma administração que se defronta com os mesmos desafios co-
locados pela necessidade de se criar uma nova Universidade,
contemporânea de uma nova sociedade, instrumentos de criação
de uma nova sociedade, livre e justa.

Paradoxos que a grandeza do momento clama por
uma revisão do legal, em busca do legítimo.

corrente
de
mudanças
de
profundidade

1984